



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

345

Quinta Câmara Cível

Recurso de Agravo na Apelação Cível nº 0013339-90.2011.8.17.0810
(0328797-2) – Jaboatão dos Guararapes (1ª Vara Cível)

Agravante: Telemar Norte Leste S/A

Agravada: Rosélia Mendes de Sousa

Relator: Des. Jovaldo Nunes Gomes


EMENTA. RECURSO DE AGRAVO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA PROFERIDA EM APELAÇÃO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. TRANSFERÊNCIA INDEVIDA DE ENDEREÇO DE LINHA TELEFÔNICA. DANO MORAL CONFIGURADO. QUANTUM INDENIZATÓRIO RAZOÁVEL E PROPORCIONAL DE ACORDO COM A JURISPRUDÊNCIA PÁTRIA. DECISÃO AGRAVADA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO.

1. Por não ter a empresa agido com zelo, atenção e o cuidado necessários no que tange à verificação e à comprovação acerca de quem realmente solicitou a alteração de endereço da linha telefônica, ou seja, por não tê-la se desincumbido deste ônus, verifica-se ser indevida a transferência da linha telefônica, razão pela qual são procedentes os danos morais. 2. Os Tribunais Pátrios são uníssomos em reconhecerem que a indevida transferência de linha telefônica gera o dever de indenizar moralmente. 3. Agravo ao qual se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a **QUINTA CÂMARA CÍVEL** do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, **POR UNANIMIDADE DE VOTOS**, em **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso interposto, na conformidade do incluso voto que passa a integrar este julgado.

Recife, 18 de Junho de 2014.


Des. Jovaldo Nunes Gomes
Relator



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

346

Quinta Câmara Cível

Recurso de Agravo na Apelação Cível nº 0013339-90.2011.8.17.0810
(0328797-2) – Jaboatão dos Guararapes (1ª Vara Cível)

Agravante: Telemar Norte Leste S/A

Agravada: Rosélia Mendes de Sousa

Relator: Des. Jovaldo Nunes Gomes

RELATÓRIO

Decisão agravada às fls., 309/312.

Trata-se de recurso de agravo interposto pela **TELEMAR NORTE LESTE S/A** (fls., 315/334) contra decisão terminativa de minha lavra (fls., 309/312) que negou provimento ao apelo da agravante e deu provimento parcial ao recurso de apelação da agravada. A parte dispositiva da decisão agravada está assim vazada:

“Ante o exposto, com base no artigo 557, § 1º-A do CPC, **DOU PROVIMENTO PARCIAL ao recurso** da autora (ROSÉLIA MENDES DE SOUSA) apenas para o fim de reformar a sentença na parte que deixou de condenar a ré (TELEMAR NORTE LESTE S/A) em verba honorária, a qual arbitro no percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação (R\$ 2.000,00). Mantido o valor da indenização por danos morais. Nego provimento ao recurso da parte ré (TELEMAR NORTE LESTE S/A)”.

A questão controvertida dos presentes autos residia em saber se a autora (ora agravada) solicitou ou não a transferência do seu ramal telefônico para outra localidade e, em caso afirmativo, se tal atitude da empresa demandada geraria ou não o dever de indenizar moralmente.

O apelo da agravante (Telemar Norte Leste S/A) foi negado na medida em que restou comprovado que a transferência da linha telefônica foi indevida porquanto a empresa não se cercou de todos os cuidados necessários a fim de verificar e provar que de fato foi mesmo a autora (ora agravada) quem solicitou a alteração de endereço do telefone - segundo alegou a empresa agravante-.

Em suas razões recursais, afirmou a concessionária de telefonia, em apertada síntese, que a decisão combatida foi equivocada na medida em que não cometeu qualquer ato ilícito – não houve falha na prestação dos serviços - capaz de embasar qualquer condenação por danos morais, violando assim os artigos 557, 513, 551 e 555, todos do CPC, bem como o artigo 5º, LIV e LV da CF/88.

Aduziu, ainda, que o valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) a título de danos morais fixados pelo juízo *a quo* e mantido por esta instância *ad quem* é excessivo e desproporcional, indo de encontro à jurisprudência pátria.



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

347

Pugnou pelo provimento deste recurso, reformando a decisão agravada para o fim de dar provimento ao apelo interposto pela agravante com a finalidade de reformar integralmente a sentença do juízo *a quo*.

Alternativamente, caso a sentença não seja totalmente reformada, requereu pelo menos a redução do *quantum* indenizatório arbitrado pelo magistrado de piso (R\$ 2.000,00) por considerá-lo excessivo e desproporcional nos termos da jurisprudência.

É o relatório.

Recife, 18 de Junho de 2014.


Des. Jovaldo Nunes Gomes
Relator



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

348

Quinta Câmara Cível

Recurso de Agravo na Apelação Cível nº 0013339-90.2011.8.17.0810
(0328797-2) – Jaboatão dos Guararapes (1ª Vara Cível)

Agravante: Telemar Norte Leste S/A

Agravada: Rosélia Mendes de Sousa

Relator: Des. Jovaldo Nunes Gomes

VOTO

Não convencido da mudança no entendimento por mim anteriormente esposado, submeto o feito à apreciação desta Colenda Câmara.

Presentes os requisitos de admissibilidade recursal, conheço deste recurso e passo a apreciá-lo.

Na parte que interessa, está assim vazada a decisão agravada: (fls. 309/312):

"A questão controvertida dos presentes autos reside em saber se a autora solicitou ou não a transferência do seu ramal telefônico para outra localidade e, em caso afirmativo, se tal atitude da empresa demandada gera ou não o dever de indenizar moralmente.

Compulsando os autos, verifico que, de fato, no dia 03.03.2011 (fls 150/151), houve o pedido da parte autora (ou de alguém se passando por ela) no sentido de transferir a linha telefônica do endereço situado em Jaboatão dos Guararapes/PE para localidade situada no município de Igarassu/PE. Tal solicitação foi atendida no dia 16.03.2011 pela empresa demanda, Com a solicitação, restou suspenso momentaneamente o uso do telefone.

No próprio dia 16.03.2011 (fl., 152), há a comprovação documental de que houve nova solicitação de mudança de localidade da linha telefônica, no sentido de transferi-la de volta para o endereço situado em Jaboatão dos Guararapes/PE, o que foi atendido pela Telemar no dia 19.03.2011.

É fato incontroverso, portanto, que houve a expressa solicitação de mudança de endereço da linha telefônica. Contudo, é bem verdade que não é possível verificar, ao certo, se foi a própria autora quem entrou em contato com a concessionária demandada, solicitando a transferência da linha telefônica, ou se foi alguém, passando-se por ela, que o fez.

Entretanto, entendo que cabia à concessionária demandada não apenas demonstrar (como assim o fez) que, de fato, houve o pedido expresso de alteração de endereço da linha telefônica, mas, principalmente, comprovar (e não apenas alegar) que referida solicitação partiu da própria autora, seja lá através de documentos, gravações telefônicas, ou mediante a informação de qual telefone



349

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

partiu a ligação através da qual se pediu a alteração do endereço da linha telefônica para que fosse possível atestar que realmente foi a autora quem pediu a mencionada mudança, o que caracterizaria a legalidade e a licitude do ato empresa demandada – hipótese que inocorreu in casu -.

Pinço da sentença o seguinte trecho (fls., 178).

“O cerne da questão controvertida reside no fato da autora ter ou não solicitado a transferência de seu ramal telefônico para outra localidade.

É fato notório que as solicitações de transferências, bloqueio, cancelamento de linha telefônica, assim como de qualquer natureza, apenas podem ser efetivadas por meio telefônico. A ré não disponibiliza outra forma para solicitação de serviços, não facultando ao consumidor obter um registro escrito de sua solicitação.

Agindo dessa forma, a ré é a única detentora dos meios de prova de solicitação de serviços, razão por que deve recair sobre suas costas o ônus probatório da natureza da solicitação, uma vez que seria excessivamente difícil para parte autora provar que realmente requereu a transferência, inteligência do disposto no art. 333, parágrafo único, inciso II.

“Art. 333. O ônus da prova incumbe:

[...]

Parágrafo único. É nula a convenção que distribui de maneira diversa o ônus da prova quando:

[...]

II - tornar excessivamente difícil a uma parte o exercício do direito.”

Ocorre que o demandado não comprovou que a solicitação fora efetuada pela consumidora, conforme alegou na peça de bloqueio. Poderia ter apresentado em juízo as gravações dos diálogos entre a suplicante e seus prepostos, no entanto, apenas apresentou as cópias de telas de seus computadores, que em nada esclarecem os fatos”.

Assim, por não ter a demandada agido com zelo, atenção e o cuidado necessários no que tange à verificação e à comprovação acerca de quem realmente solicitou a alteração de endereço da linha telefônica, ou seja, por não tê-la se desincumbido deste ônus, verifico que foi indevida a transferência da linha telefônica, razão pela qual julgo procedentes os danos morais.

Os Tribunais Pátrios são uníssomos em reconhecerem que a indevida transferência de linha telefônica gera o dever de indenizar moralmente. Vejamos:

“APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. REPARAÇÃO DE DANOS. TRANSFERÊNCIA INDEVIDA DE



350

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

LINHA TELEFÔNICA. DANO MORAL CARACTERIZADO. DEVER DE INDENIZAR. QUANTUM INDENIZATÓRIO. VALOR FIXADO EM CONSONÂNCIA COM O OCORRIDO. NEGARAM PROVIMENTO AOS RECURSOS. UNÂNIME". (Apelação Cível Nº 70042964544, Décima Primeira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Katia Elenise Oliveira da Silva, Julgado em 15/06/2011) (TJ-RS - AC: 70042964544 RS, Relator: Katia Elenise Oliveira da Silva, Data de Julgamento: 15/06/2011, Décima Primeira Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 20/06/2011) (destaquei)

No mesmo sentido, TJ-RN - AC: 70544 RN 2008.007054-4, Relator: Juiz Geraldo Antônio da Mota (convocado), Data de Julgamento: 28/08/2008, 3ª Câmara Cível e TJ-MS - AC: 13730 MS 2008.013730-1, Relator: Des. João Maria Lós, Data de Julgamento: 17/06/2008, 1ª Turma Cível, Data de Publicação: 07/07/2008

Aprecio, agora, o *quantum* indenizatório.

ACERCA DO QUANTUM INDENIZATÓRIO

Nesta seara, "deve o juiz ter em mente o princípio de que dano não pode ser fonte de lucro. A indenização deve ser suficiente para reparar o dano, o mais completamente possível, e nada mais. Qualquer quantia maior importará enriquecimento sem causa, ensejador de novo dano" (FILHO, Sérgio Cavalieri. In Programa de Responsabilidade Civil, 8.ª Ed. São Paulo: Atlas, 2008, p. 93).

Com efeito, o valor da indenização deve proporcionar à vítima satisfação na justa medida do abalo sofrido, produzindo no agente causador do ilícito impacto suficiente para dissuadi-lo de cometer novamente o mesmo ato, forçando-o a agir sempre com cautela e prudência.

Assim, na hipótese dos autos, com supedâneo nos princípios (proporcionalidade, razoabilidade e moderação) que norteiam a reparação do dano moral, na gravidade do ilícito cometido, bem como levando em consideração a situação econômica das partes envolvidas e o duplice escopo da reparação (compensatória/punitiva e pedagógica), sem olvidar, obviamente, do instituto do enriquecimento sem causa, mantenho a sentença recorrida, por entender que o *quantum* indenizatório (R\$ 2.000,00) arbitrado pelo juízo *a quo* atende a todos estes requisitos, estando, ademais, em total conformidade com a jurisprudência pátria.

QUANTO AOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS (Apelação de Rosélia Mendes de Sousa)

Em seu apelo, insurgiu a parte autora também contra a sentença recorrida pelo fato de não ter havido condenação da parte adversa ao pagamento de honorários advocatícios. Requeru que tal verba honorária fosse fixada no percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa (R\$ 50.000,00).



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

351

Entretanto, como é cediço, os honorários devem ser arbitrados com base no disposto no artigo 20, § 3º do CPC.

Assim, no caso em análise, considerando o grau de zelo do profissional, bem como o lugar de prestação do serviço, a natureza e a importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço, entendo que o valor justo é de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação (R\$ 2.000,00).

Ante o exposto, com base no artigo 557, § 1º-A do CPC, **DOU PROVIMENTO PARCIAL ao recurso** da autora (ROSÉLIA MENDES DE SOUSA) apenas para o fim de reformar a sentença na parte que deixou de condenar a ré (TELEMAR NORTE LESTE S/A) em verba honorária, a qual arbitro no percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação (R\$ 2.000,00). Mantido o valor da indenização por danos morais. Nego provimento ao recurso da parte ré (TELEMAR NORTE LESTE S/A)".

Analisando as argumentações apresentadas pela agravante, verifico serem elas inconsistentes e infundadas, razão pela qual persisto no entendimento de que não restaram demonstrados nos autos motivos capazes de modificar a decisão impugnada. Atente-se que o presente recurso de agravo não trouxe quaisquer elementos novos capazes de ensejar nova discussão a respeito do tema.

O *decisum* hostilizado, portanto, encontra-se em perfeita consonância com o ordenamento jurídico e merece ser mantido por seus próprios fundamentos, sendo desnecessário repetir toda a argumentação desenvolvida na decisão terminativa ora vergastada.

Ante o exposto, voto no sentido de **negar provimento** ao recurso, mantendo na íntegra a decisão terminativa.

É como voto.


Des. Jovaldo Nunes Gomes
Relator